



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES NA ABERTURA DO DÉBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Os tempos conturbados que vivemos têm uma vantagem significativa: são tempos de clarificação.

O desmoronar do sistema financeiro internacional e a crise que se abateu, súbita e avassaladora, sobre o nosso país e sobre a nossa Região marcam, clara e inegavelmente, o fim de um longo ciclo de ilusões.

Caiu a ilusão da infalibilidade dos mercados que, assim nos afirmavam os nossos governantes, nos conduziram inevitável e deterministicamente à maior das prosperidades possíveis e à mais justa distribuição da riqueza.

Caiu a ilusão do crescimento económico à base do aumento descontrolado do endividamento, desmantelando a base produtiva real do país, estrangulando a produção nacional.

Caiu a ilusão do nosso supostamente sólido sistema bancário e financeiro, que rui como um castelo de cartas perante a desconfiança dos emprestadores estrangeiros.

Cai, com estrondo, a sempre apregoada solidariedade europeia que, de ajuda e incentivo ao desenvolvimento do continente que deveria ser, se converte em mero garrote monetarista colonial, ao serviço das grandes potências.

Para os que ainda tinham dúvidas, a realidade da pobreza, do desemprego, do crescimento das desigualdades, do aumento da dependência externa e do endividamento, interromperam, definitivamente, a longa fantasia em que tentaram mergulhar os portugueses.



Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Mas também para os açorianos, estes são tempos de despertar e enfrentar a dura realidade, tão diferente do desenvolvimento harmonioso, esforçadamente apregoados pelas mil gargantas da propaganda governamental.

É tempo de clarificações.

Porque estão agora dolosamente às claras as duas caras do PS e do PSD Açores que tentam esconder os prejuízos que causam aos açorianos, lamentando e tentando minimizar o que eles próprios propuseram e aprovaram na República.

Muitos dos problemas que vão crescer, dos obstáculos ao desenvolvimento que vão aumentar, muito do sofrimento que se vai agravar se deve, de forma directa, às medidas tomadas pelo Governo da República, consagradas no Orçamento de Estado. E essas medidas os senhores subscrevem e esse orçamento os senhores aprovam!

Enquanto discursam no Faial sobre desenvolvimento, aprovam em Lisboa a recessão! Não lhes resta por isso, já, qualquer sombra onde ocultem a duplicidade e a hipocrisia política que praticam. Isso está clarificado.

Mas esta crise que atravessamos serviu também para mostrar a escassa protecção de que gozamos perante os problemas da economia nacional. Porque, afinal, a tal crise que chegaria mais tarde aos Açores e se iria embora mais cedo parece ser, por cá, mais funda e com efeitos mais prolongados do que noutras partes.

Os baixos salários – ainda mais baixos nos Açores;

A pobreza e desigualdade – que se cava mais profunda e com ainda menor esperança nos Açores;

O desemprego – que cresce muito mais nos Açores;

As baixas qualificações – que são o lugar-comum dos trabalhadores açorianos;

A paralisação da actividade e do investimento – que são o que temos em vez de desenvolvimento e crescimento.



Estas são apenas algumas das piores faces da crise açoriana. E também elas estão agora, às claras.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Mas, assumamos, ainda nem tudo é claro na actuação do Governo Regional. E, exemplos disso, são estes Plano e Orçamento que agora apreciamos. Porque na aparente clareza dos números ainda se escondem demasiadas indefinições.

E, a primeira delas, diz respeito à própria utilidade da discussão que teremos em torno destes instrumentos. Para que servem? Que reflexo terão na realidade?

Porque falta compreendermos se o que o Governo Regional pretende é continuar a assumir acções que não pretende concretizar, deixando rubricas atrás de rubricas, ou sem um mínimo de dotação, ou com execuções miseráveis. Aliás, a execução dos planos anteriores é uma discussão que o Governo evita a todo o custo, como salientam os pareceres de alguns parceiros sociais.

Falta compreendermos os inúmeros milhões de euros que não são desagregados, ficando à discricionariedade do Governo Regional, nas rubricas de “outros” e “diversos”, que não se sabe quais são nem para que servem.

É preciso clarificar se continuaremos a ter inúmeros projectos e acções esquecidos pelas gavetas das secretarias regionais, à espera de melhores dias e melhores vontades políticas ou, pelo contrário, se o que se planeia é, de facto, para cumprir.

As neblinas que cercam estes documentos não se ficam por aqui. Também no campo das receitas, falta compreendermos se o Governo Regional dos Açores está à espera de um milagre de receitas fiscais, que sob o olhar do bom senso surgem intensamente inflacionadas e quais as medidas que pretende tomar no caso mais do que provável de estas previsões se revelarem erradas.



Mas, para o PCP, há ainda uma resposta mais importante que tem de ser dada, não só aos partidos aqui representados, mas a toda a sociedade açoriana: Falta tornar claro se o que se pretende é apenas mudar pouca coisa para que tudo fique na mesma ou se, de facto, este Plano e este Orçamento marcam uma viragem nas políticas que têm sido seguidas até aqui.

E esta é a questão central. Pretende-se apenas lançar uma cortina de fumo de mal dotadas medidas sociais ou, pelo contrário, investir com decisão e com arrojo na salvação da economia regional e no alívio dos sacrifícios impostos às famílias açorianas?

Pretendemos, de facto, apoiar os que mais precisam e construir coesão, social e territorial, no nosso arquipélago, ou apenas lamentar as consequências de uma crise

Pretende-se continuar a investir milhões na desarticulação do tecido produtivo regional, a correr atrás de miragens e elefantes brancos ou, pelo contrário, queremos desenvolver a nossa produção e o nosso mercado interno, criar emprego e dar maior dinamismo às nossas empresas?

Pretende-se continuar refém da obsessão pela inconstante iniciativa privada ou, ao invés, assumir sem dogmas o papel central do investimento público na nossa economia?

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Perante o despertar violento que esta crise veio trazer, um de dois rumos é possível:

Ou tentar desesperadamente agarrar o sonho, que se revelou afinal pesadelo, persistindo nas velhas receitas que a dura realidade se encarregou de desmentir ou, então, abrir os olhos, mudar de rumo e mudar de políticas.

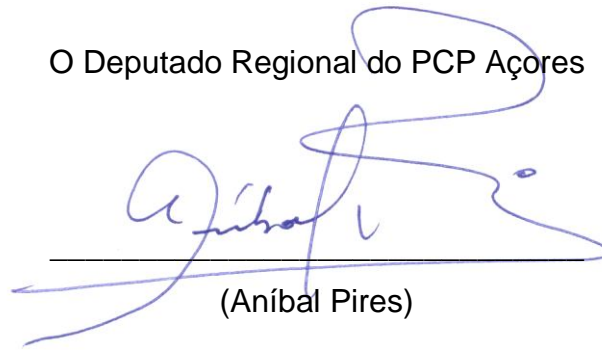


E é neste sentido que participaremos neste debate e que proporemos soluções e caminhos alternativos que possam, efectivamente, contribuir para essa mudança.

Mais do que os discursos, serão os números que lançarão luz sobre estas perguntas. E será deles, da sua substância, realidade e coerência, que virão as respostas porque os açorianos esperam.

Disse.

O Deputado Regional do PCP Açores

A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to read 'Aníbal Pires'. Below the line, the name '(Aníbal Pires)' is printed in black text.

(Aníbal Pires)